

PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE DE AUDITORIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO POAC 2022

Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização

Janeiro, 2022

CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Data versão	Responsável	Descrição das Alterações
03.01.2021	Equipe da Gerência: Cristihan da Silva Galeti Rafael Rezende Aidar	Versão Inicial do Documento
31.01.2022	Ivo César Vilela (Gerente)	Revisão
02.02.2022	Claudio Martins Correia (Superintendente)	Revisão
03.02.2022	Stella Maris Husni Franco	Aprovação

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	4
EQUIPE	5
ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROJETO - UNIVERSO DE AUDITORIA	6
Entendimento da Gestão e Governança do Estado de Goiás	6
Antecedentes	8
Análise dos Problemas	10
Critério de Priorização e Seleção dos Objetos das Ações de Controle	11
OBJETIVOS DO PROJETO	16
OBJETIVOS DO PROJETO	16
Partes Interessadas (Stakeholders)	17
Área Interna e externa envolvidas	20
METAS E ENTREGAS DO PROJETO	22
Produtos/Entregas do Projeto	22
Cronograma de Metas Quadrimestrais	25
Estrutura Analítica do Projeto - EAP	27
Cronograma de atividades:	28
Exclusões e Restrições do Projeto	30
Princípios do Projeto	30
AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	31
PLANO ORÇAMENTÁRIO	33
RISCOS DO PROJETO	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
LISTA DE ABREVIATURAS	35
FONTES DE PESQUISA	36

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

PROJETO	Plano Operacional das Ações de Controle de Inspeção Preventiva e Fiscalização - POAC 2022.
ÁREA SOLICITANTE	Gabinete do Controlador-Geral do Estado
PERÍODO DA ELABORAÇÃO	03/01/2022
CLIENTE	Stella Maris Husni Franco – Subcontroladora de Controle Interno e Correição
PATROCINADOR	Henrique Moraes Ziller - Controlador-Geral do Estado de Goiás
GERENTE DO PROJETO	Ivo César Vilela
UNIDADE	Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização
E-MAIL DO GERENTE	ivo.vilela@goias.gov.br
TELEFONE DO GERENTE	(62) 3201-5301 / 5302

2. EQUIPE

RELAÇÃO DE SERVIDORES DA GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO		
Nº	NOME	CARGO
1	Ivo César Vilela	Gerente
2	Antônio Sávio de Moraes	Gestor de Finanças e Controle
3	Carlos Milhomem de Oliveira	Gestor de Planejamento
4	Cláudio Rodrigues Lomeu	Gestor de Finanças e Controle
5	Cristiane Cruvinel Machado	Gestora de Finanças e Controle
6	Cristina Tamiko Nakano	Gestora de Finanças e Controle
7	Diógenes Japiassú Filho	Gestor de Finanças e Controle
8	Érika Moreno Camargo	Gestora de Finanças e Controle
9	Humberto Lopes Brito	Gestor de Finanças e Controle
10	Jânio Rodrigues de Sá	Gestor de Finanças e Controle
11	José Malto Elias	Gestor de Finanças e Controle
12	Kioji Iwasse	Gestor de Finanças e Controle
13	Maria José Oliveira e Silva	Gestora de Finanças e Controle
14	Pedro Ivan Tavares Celestino	Gestor de Finanças e Controle
15	Rafael Rezende Aidar	Gestor de Fiscalização
16	Rogério Cardoso de Santana	Gestor de Finanças e Controle
17	Rosane Cândida Martins	Gestora de Finanças e Controle
18	Thais Borges Maníglia	Líder de Área ou Projeto
19	Úrsula Flávia Pereira Pinto Bezerra	Gestora de Finanças e Controle

3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DO PROJETO - UNIVERSO DE AUDITORIA

3.1. Entendimento da Gestão e Governança do Estado de Goiás

Em uma demonstração de alinhamento às políticas públicas de transparência na gestão, o Governo de Goiás, por meio da publicação do Decreto 9.960/2020, estabeleceu mais um mecanismo para direcionar e buscar resultados para a sociedade.

Trata-se da Política de Governança Pública do Poder Executivo, que se soma a outras iniciativas como forma de desburocratizar a máquina pública, com foco no aperfeiçoamento do atendimento ao cidadão.

O Decreto de Governança Pública instituiu comitês e câmaras para que as decisões de gestores públicos sejam tomadas em um colegiado, certificando a transparência pública implantada no Estado.

O Estado de Goiás instituiu oito princípios da governança pública em Goiás: foco no cidadão, capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade, relações de trabalho humanizadas e transparência.

No caso da CGE, O POAC – Plano Operacional das Ações de Controle, instrumento de gestão instituído pela Portaria 40/2021 – CGE/GAB, é a ferramenta utilizada para planejar as ações de controle para o período de 12 meses. Para a elaboração do POAC a CGE pauta-se nas diretrizes estratégicas, incluídas as auditorias e inspeções periódicas, baseada em consulta a stakeholders, materialidade, relevância crítica, efetividade e agregação de valor à gestão, inclusive para a inclusão das ações de controle originalmente não programadas.

Para o exercício de 2022, a consulta aos stakeholders foi efetivada por meio do Ofício Circular 84/2021 – CGE de 14/10/21. Neste caso, os Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás, inclusive Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, bem como o Tribunal de Contas e o Ministério Público foram consultados. Cada pasta apresentou as demandas que julgaram pertinentes, cabendo ao Comitê de Controle Interno da Controladoria definir a hierarquização das mesmas.

Outro passo importante na construção do Plano foi a consulta popular realizada pela CGE, através de pesquisa, pois trata-se de um estudo com delineamento descritivo, de onde utilizou-se questionário enviado por e-mail para 1.751 participantes dos programas de Controle Social da CGE e 51.632 usuários da ouvidoria dos anos de 2020 e 2021.

Desse modo, foram recebidas informações de 1.359 participantes, distribuídos em 141 municípios. Neste sentido, há que se ressaltar que a análise descritiva se perfaz em importante instrumento de levantamento de informações básicas acerca de uma determinada realidade, sendo o subsídio de importantes insights para pesquisas futuras ou mesmo como instrumento de tomada de decisões em determinadas circunstâncias.

Quanto à priorização dos órgãos, como nova proposta de atuação, será realizado em 2022 novos projetos de atuação preventiva dentro dos seguintes órgãos: (a) Secretaria de Estado da Saúde – SES, (b) Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, (c) Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, (d) Departamento Estadual de Trânsito, (e) Secretaria de Estado da Segurança Pública, com o objetivo de ampliar a atuação de análises prévias de licitações realizadas por estes órgãos, já que os mesmos detêm a maior parte do orçamento público estadual.

Para se alcançar tamanhos ganhos potenciais, a Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização idealizou a atividade central, o Programa de Monitoramento Total. Ou seja, dentro do contexto da atividade inspeccional, antecipou-se o processo de contratação de bens e serviços, criando-se um banco de dados, no qual foi possível se verificar durante o processo de contratação, fatos que poderiam contribuir para uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos. Sendo que de acordo com o caso, a emissão de recomendações no processo de contratação.

Nesta metodologia, os processos de aquisições/serviços rastreados pela ferramenta Qlik Sense, envolvendo objetos mais complexos ou valores mais vultosos passam por uma análise prévia antes de prosseguirem para a fase editalícia.

Assim, formalizando-se toda a operação através de envio de mensagens, via correio eletrônico corporativo, as manifestações sobre os processos se mantêm dinâmica, auxiliando as áreas técnicas na composição de seus Termos de Referência de maneira mais qualitativa.

Para 2022 a ideia central e o foco continuam o mesmo, porém além da análise prévia efetivada pela Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização, os Painéis de Monitoramento irão tratar também dos Contratos, processos de maior criticidade, materialidade, relevância, do Fundo Protege, dos Contratos de Gestão com as OS e também os gastos com pessoal com base nas trilhas de auditorias desenvolvidas pela Assessoria de Inteligência em Controle Interno.

Ainda no escopo deste trabalho, existe o planejamento para se implementar de forma gradual, de acordo com a disponibilização de bases à CGE, os

painéis de Convênios, Transferências Voluntárias, Contratos de Gestão e pagamentos dos credenciados do Ipasgo.

Ou seja, para 2022, a Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização inicia suas atividades de monitoramento com o estudo das bases dos sistemas já disponibilizadas à CGE e com definição das regras de negócios referentes a cada assunto/tema dos painéis a serem implementados.

Agora partindo-se para o Plano Plurianual 2020/2023 para o Estado de Goiás, percebe-se a atuação da CGE na Relação de Programas por Objetivo estratégico figura no Eixo “Confiança”, ou seja, é um órgão que através do Compliance Público, busca conquistar a confiança na gestão governamental pela solidez de suas instituições, pela segurança jurídica e lisura dos seus atos e pelo reconhecimento por sua atuação eficiente, efetiva, inovadora, integrada, com foco em resultados, comprometida e mais próxima de seus cidadãos.

A mensuração para esta Gerência se dá através do Produto PPA, Trilha de Inspeção Desenvolvida, em parceria com a Assessoria de Inteligência em Controle Interno, onde definidas as regras de negócios para criação das respectivas trilhas / Painéis.

3.2. Antecedentes

Em 19 de fevereiro de 2019, foi instituído o Programa de Compliance Público do Poder Executivo do Estado de Goiás (PCP), por meio do Decreto nº 9.406/2019. O PCP é definido como o conjunto de procedimentos e estruturas destinados a assegurar a conformidade dos atos de gestão com padrões morais e legais, bem como garantir o alcance dos resultados das políticas públicas e a satisfação dos cidadãos.

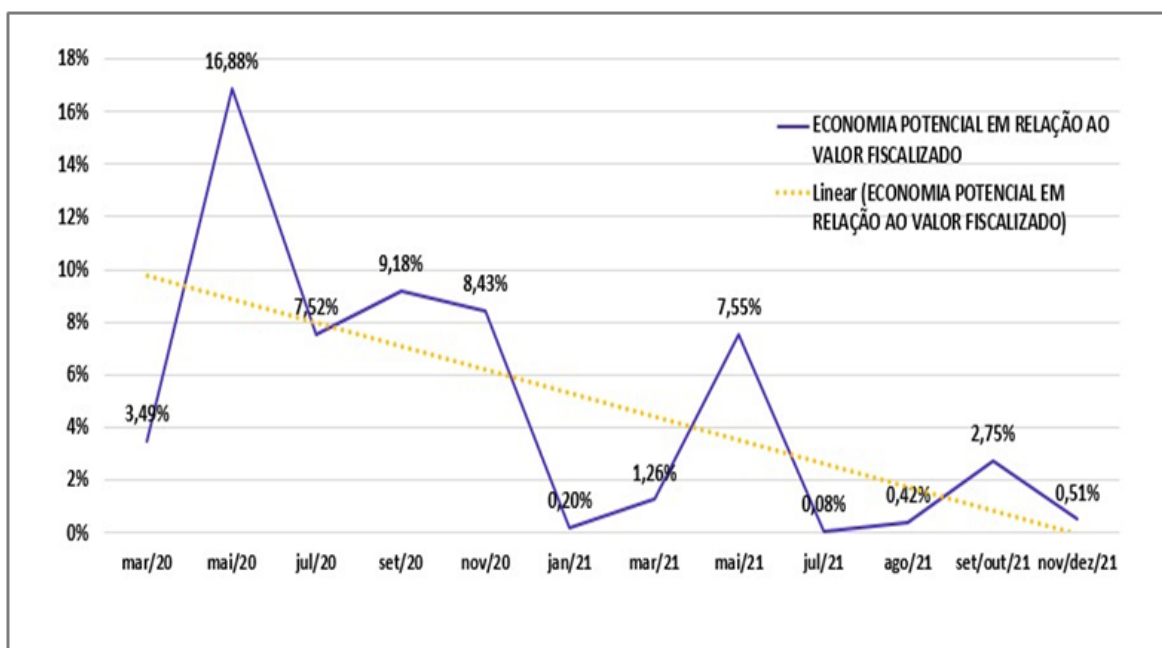
A partir do ano de 2020, surge o POAC, Plano Operacional de Ação e Controle, lançando-se como atividade central para esta Gerência o Programa de Monitoramento Total. Na ocasião foram definidas algumas atividades principais, quais sejam:

1. Promover a integração dos sistemas corporativos do Estado de Goiás;
2. Criar painel a partir da integração dos sistemas corporativos que auxilie na escolha dos processos mais relevantes a serem inspecionados;
3. Intensificar as inspeções prévias com foco em atuar preventivamente nos processos licitatórios.

Desde então, a abordagem tem como princípio norteador a prevenção, de forma que os contratos/aditivos sejam celebrados com justificativas adequadas (tanto do

escopo da licitação, quanto dos quantitativos orçados) e tenham preços com comprovada razoabilidade dentro dos requisitos legais.

No exercício de 2021, foram realizadas 395 análises preventivas em processos de licitações e aditivos contratuais, as quais totalizam R\$ 9.461.701.158,66 de recursos fiscalizados, com uma potencial economia aos cofres públicos de R\$ 146.078.644,74.



O gráfico acima demonstra claramente que há redução da economia gerada em relação ao montante de recursos fiscalizados ao longo dos meses. Essa situação reforça o trabalho consultivo promovido pela Superintendência de Inspeção em conjunto com a Superintendência de Auditoria, promovendo o aprimoramento junto aos Órgãos nos processos licitatórios, sobretudo nas pesquisas de preços, o qual foi desenvolvido metodologia própria, utilizando o [Painel de Pesquisa de Preços do Ministério da Economia](#) e os códigos de materiais e serviços do [Painel de Compras](#).

Também é de se destacar as atividades de análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte e inspeções de acompanhamento de gestão, de pessoal e folha de pagamento.

Alguns resultados gerados pelo trabalho do GEIPF repercutiram na imprensa no ano de 2021, conforme pesquisa na Internet revelou:

Programa de Compliance Público, do Governo de Goiás, gera economia de R\$ 809 milhões

Gestão estadual, em 2020, mesmo com pandemia, reduziu em 8% despesas correntes, fazendo de Goiás único estado brasileiro a alcançar este resultado. Estratégias de baixo custo, coordenadas pela Controladoria-Geral do Estado, têm mais de 1.300 ações em quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos. "São valores estratosféricos que conseguimos diminuir em termos de gastos", afirma governador Ronaldo Caiado

Publicado: 14 Julho 2021
Última Atualização: 14 Julho 2021

Publicado em 14 de julho de 2021.

Em outra matéria, trouxe o seguinte resumo: "A atuação da CGE resultou em sugestões e recomendações acatadas pelos órgãos estaduais que geraram uma economia potencial. Foram R\$ 199 milhões em 2019, de R\$ 1,7 bilhão inspecionado pelo órgão; R\$ 499 milhões em 2020, em R\$ 7,6 bilhões fiscalizados; e R\$ 111 milhões até junho/2021, de um total de R\$ 4,3 bilhões."

3.3. Análise dos Problemas

Em janeiro de 2019 o Poder Executivo Estadual deparou-se um passivo referente a atraso de parte da folha de pagamento de novembro, folha salarial e 13º salário de dezembro, além do consignado dos servidores públicos, e dívidas de curto prazo assumidas com mais de 4.500 fornecedores de bens e serviços, restando em torno de R\$ 3,1 bilhões, acumulados desde 2012, para serem pagos nos anos seguintes.

Não pode deixar de citar os efeitos econômicos a médio e longo prazo nas contas públicas decorrente da pandemia do Covid-19.

A gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, possibilitou ao Estado a entrar no Programa de Recuperação Fiscal, que tem como uma das finalidades equacionar o fluxo de pagamento da dívida consolidada que é da ordem de R\$ 23,7 bilhões, com desembolso anual com juros e amortização de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões ano, promover o equilíbrio fiscal, com isso vai possibilitar a médio prazo equacionar a contas públicas, gerando poupança para investimentos, que vão contribuir para o crescimento do PIB. Mesmo com a implementação de várias ações, o cenário fiscal ainda é delicado, o que evidencia a importância de continuar acompanhando a aplicação dos recursos públicos.

Este fato se deve ao motivo da atuação preventiva em conjunto com a primeira linha dos órgãos/entidades, conforme modelo do Instituto de Auditores Internos - IIA, pois percebeu-se uma fragilidade nesta fase inicial de controle, o que pôde ser equacionado com o "Projeto Monitoramento Total", permitindo aos órgãos/entidades saneamento das arestas que poderiam impactar negativamente no momento da fase da externa dos procedimentos licitatórios.

Além disto, com a emissão do Decreto Estadual 9.649/2020, posteriormente revogado pelo Decreto Estadual 9.737/2020, o qual estabeleceu medidas de racionalização de gastos com pessoal e outras despesas correntes e de capital, na administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e nas empresas estatais dependentes, os processos referentes às licitações, chamamentos, dispensas e inexigibilidades, além daqueles relacionados aos aditivos contratuais cujo valor excedesse a 5 milhões de reais passaram a ser formalmente encaminhados para a manifestação desta CGE, por força da “Ata de Reunião 04/2020” da Câmara de Gestão de Gastos.

Mesmo assim, durante o ano de 2021 esta equipe de inspeção promoveu um incremento das ações de análise preventiva, analisando centenas de processos de contratações e aquisições, com foco principal na verificação dos quantitativos pleiteados e nos valores estimados. Tais ações proporcionaram uma economia potencial significativa, e conseqüentemente, uma importante melhoria na qualidade da aplicação dos recursos públicos, com isto promovendo uma melhor qualidade de vida a sociedade Goiana.

As demais atividades como: inspeção, análise de chamamentos públicos, análise de conselhos e regulamentos, e outros diversos, seguiram o trâmite normal, porém vale ressaltar que ao longo do ano surgiram demandas novas encaminhadas por Stakeholders, além daquelas já planejadas, com destaque para solicitações de informações por parte do Ministério Público e denúncias formais registradas junto à Ouvidoria e protocolo da CGE.

Neste contexto esta Gerência, conforme o Balanço de Atividades de 2021 – CGE, fiscalizou um montante de R\$ 9.521.814.707,16, com economia potencial de 1,53%, na ordem de R\$ R\$ 145.984.859,74 em Licitações, Aditivos e Chamamentos e R\$ 93.785,00 em Emergenciais Coronavírus.

3.4. Critério de Priorização e Seleção dos Objetos das Ações de Controle

Diante dos bons resultados obtidos no ano de 2021, ações previstas no POAC serão mantidas para o ano de 2022, sendo: manifestação prévia em licitações e aditivos contratuais, inspeções (contratos administrativos e contratos de gestão das OSs), análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte, análise de regulamentos de compras de organizações sociais, monitoramento, manifestações em SAC/IAC e outras demandas.

A definição dos quantitativos foi realizada com base no histórico executado em 2021. Nos quantitativos previstos, foram consideradas as solicitações de análises de processos licitatórios, enviadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo (e, em alguns casos, Estatais), incluindo as reanálises processuais realizadas com o fito de verificar o

atendimento das ressalvas emitidas, além daquelas manifestações pertinentes a aditivos contratuais.

Em virtude do Projeto Monitoramento Total, também serviram de esteio para a definição dos quantitativos os processos acompanhados por meio dos painéis gráficos realizados com o auxílio da Assessoria de Inteligência da CGE.

Leva-se em conta ainda, que em razão do Decreto nº 9.778, de 07 de janeiro de 2021, o qual prorrogou o prazo de situação de emergência na saúde pública no Estado de Goiás existiu encaminhamento formal à CGE dos processos emergenciais do Covid-19.

Seguem abaixo esclarecimentos sobre as atividades inspecionais a serem realizadas:

3.4.1 Análise Prévia em Licitações/Aditivos Contratuais

No ano de 2021, das 395 análises realizadas, 328 delas (83%) foram demandadas pelos próprios órgãos. Dessa forma, no POAC 2022 haverá separação para esta ação de controle de acordo com a tipificação (obrigatória e desejável).

Dessa forma, para análise das licitações não demandadas pelos órgãos, os critérios utilizados para seleção dos processos a serem inspecionados baseiam-se na legislação vigente e na relevância e materialidade de cada assunto, observando a classificação dos órgãos contidos na tabela de riscos, constantes POAC, como disposto a seguir:

3.4.1.1 Licitações/Dispensas/Inexigibilidades:

- a. R\$ 5 milhões - Câmara de Gestão de Gastos
- b. R\$ 1 milhão - análise Painéis (QlikSense) para Compras diversas/Aditivos e;
- c. R\$ 3 milhões - análise Painéis (QlikSense) para Obras e Serviços de Engenharia.
- d. Critérios para seleção de objetos abaixo do valor de alçada:
 - Processos de licitação da modalidade Inexigibilidade, dispensa emergencial (art. 24, IV), na contratação de instituição de pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, (art. 24, XIII), na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual (art. 24, XI);

- Processos de contratação de Consultoria;
- Classificação de fatores de riscos (Materialidade, Investimentos, Exposição Pública -(Relevância) e Total de Processos Analisados no Período).

A) Materialidade: volume de recursos destinados aos órgãos/entidades

- <= 1,5 milhões – Nível de Risco igual 1
- > 1,5 milhões e <= 4,0 milhões – Nível de Risco igual 2
- > 4,0 milhões e <= 10 milhões – Nível de Risco igual 3
- > 10 milhões e <= 25 milhões – Nível de Risco igual 4
- <= 1,5 milhões – Nível de Risco igual 1

A pontuação do Nível de Risco, é aplicada com base no valor estimado para a contratação, considerando os intervalos acima.

B) Investimentos: volume de recursos destinados a investimentos.

- <=1,5 milhões - Nível de Risco igual 1
- > 1,5 milhões e <= 4 milhões - Nível de Risco igual 2
- > 4 milhões <= 10 milhões - Nível de Risco igual 3
- > 10 milhões e <= 25 milhões - Nível de Risco igual 4
- > 25 milhões - Nível de Risco igual 5

A pontuação do Nível de Risco, é aplicada com base no valor estimado para a contratação, considerando os intervalos acima.

C) Exposição Pública: grau de exposição a perdas ou a polêmicas relacionadas ao nível de visibilidade e/ou interesse público em conjunto com a exposição financeira/finalidade.

- Sem risco de exposição, com baixa visibilidade e sem risco Financeiro – Nível de Risco igual 1;
- Algum interesse público, baixa visibilidade e baixo risco financeiro – Nível de Risco igual 2;
- Alto interesse público, média visibilidade e algum risco financeiro– Nível de Risco igual 3;
- Alto interesse público, alta visibilidade e significativo risco financeiro– Nível de Risco igual 4;
- Alto interesse público, alta visibilidade, alto risco financeiro– Nível de Risco igual 5.

A pontuação do Nível de Risco, é definida pelo Gerente da GEIPF / Superintendente da SUPINS, considerando a descrição do objeto, com base no conceito do item 3.3;

D) Total de processos analisados nos períodos: Verificar o número de processos analisados por órgão nos últimos 30 e 60 dias

- “0” Processos Analisados nos últimos 60 dias – Pontuação atribuída 5
- “0” Processos Analisados nos últimos 30 dias – Pontuação atribuída 4
- “1” Processo a “4” Processos analisados nos últimos 60 dias – Pontuação atribuída 3
- “1” Processo a “4” Processos analisados nos últimos 30 dias– Pontuação atribuída 2
- Acima de “5” Processos analisados nos últimos 60 dias– Pontuação atribuída 1

A pontuação dada aos processos constante da planilha, é realizada por meio de consulta ao Smartsheet Total de processo, aplicando filtro no órgão ao qual o processo está vinculado.

TABELA 01 - ESTIMATIVA DE ANÁLISE PRÉVIA EM LICITAÇÕES	
MODALIDADE	VLR REFERÊNCIA PARA ANÁLISE
Concorrência	R\$ 1.000.000,00
Inexigibilidade	R\$ 200.000,00
Outras Dispensas	R\$ 500.000,00
Pregão Eletrônico	R\$ 1.000.000,00
Pregão Eletrônico SRP	R\$ 1.000.000,00
Pregão Presencial	R\$ 1.000.000,00
Tomada de Preço	R\$ 200.000,00

Obs. Percentuais referentes ao histórico de processos por modalidade obtido junto ao Portal da Transparência, considerando a média dos anos de 2020 e 2021 (até 20 novembro)

Registra-se que não estão contabilizadas as licitações de empresas estatais, uma vez que no Portal de Transparência esses dados não são fornecidos, o que não impede o eventual acompanhamento e manifestação deste Órgão Central de Controle em casos específicos.

Das 395 análises prévias de licitações/aditivos contratuais, 90 delas (23%) foram reanálises. Em virtude dessa condição, para o POAC 2022 a presente ação de controle também será desmembrada em uma ação específica de Reanálise.

3.4.2 Inspeções

3.4.2.1 Inspeções em Licitações e aditivos Contratuais e Emergenciais

Consiste em atividades fiscalizadoras com vistas a verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo, sendo consideradas, para efeito deste tópico, as inspeções relativas à execução orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial, em especial as análises das contratações públicas (contratação, fiscalização dos contratos, aditamentos, recebimentos do objeto, registros patrimoniais e outras fases relevantes do procedimento de contratação).

3.4.2.2 Inspeção de Pessoal e Folha Pagamento

Consiste em realizar inspeções de pessoal e da folha de pagamento nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás, preferencialmente mediante elaboração de trilhas eletrônicas de inspeção, decorrentes de (i) monitoramento eletrônico ou por outros meios das rubricas da folha de pagamento; (ii) análises de situações funcionais e financeiras dos servidores; e (iii) apuração de denúncias.

Além dos resultados específicos, as inspeções de pessoal e folha de pagamentos, sempre que necessário, sugerirão melhorias nos processos de trabalho, na legislação pertinente e apresentação de propostas de manutenções corretivas e evolutivas nos sistemas informatizados existentes, bem como criação de novos sistemas informatizados.

3.4.3 Análises de Conselhos

Consiste em análises de composição dos membros de Conselhos de Administração e Fiscal de Empresas Estatais, por força do Decreto nº 9.402/2019. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2021.

3.4.4. Análises de Regulamentos

Consiste em análises dos Regulamentos de Compras das Organizações Sociais, por força da Lei nº 15.503/2005. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2021.

3.4.5 Análises de Manifestações SAC/IAC

Consiste em análises das manifestações dos órgãos às Solicitações de Ação Corretiva – SAC e/ou Informativos de Ação de Controle – IAC, emitidos pelo Secretário, em decorrência de atividades fiscalizadoras. Os quantitativos foram estimados de acordo com a execução em 2021, ajustadas às perspectivas para 2022.

3.4.6 Monitoramento

Consiste em monitorar de forma eletrônica atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros.

3.4.7 Outras Demandas

Eventualmente são feitas consultas externas a esta Gerência, não englobadas pelas demais atividades acima descritas. Dessa forma, foram estimados quantitativos para tal finalidade.

4. OBJETIVOS DO PROJETO

Continuar com o Projeto Monitoramento Total, com o objetivo de tornar cada vez mais eficaz, efetivo e eficiente as ações de controle realizadas no âmbito desta CGE, com o objetivo de contribuir para a melhoria da gestão pública, com a geração de informações tempestivas e preventivas para subsidiar a tomada de decisão dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Antecipar-se ao processo de contratação de Bens e Serviços através banco de dados, painéis, no qual seja possível verificar durante todo o processo (prévia, concomitante e a posteriori), fatos que possam contribuir para uma gestão eficaz com eficiência na aplicação dos recursos públicos e, se for o caso, sugerir alterações no processo de contratação.

Expandir os Painéis de Monitoramento, que irão tratar também dos Contratos administrativos, processos de maior criticidade, materialidade e relevância do Fundo Protege e também os gastos com pessoal.

Implementar de forma gradual, de acordo com a disponibilização de bases à CGE, os painéis de Convênios; Transferências Voluntárias, Contratos de Gestão “OS”, e pagamentos dos credenciados do Ipaggo.

5. OBJETIVOS DO PROJETO

Além da participação da equipe desta Gerência, responsável pela condução do projeto, ainda existiu a interação com outros atores, com destaque para:

- a) Stakeholders, partes interessadas, que são os órgãos e entidades que foram consultadas formalmente por meio de Ofício Circular nº 84/2021, GAB/CGE, solicitando se há um programa, atividade, projeto, processo ou área que necessita de uma ação de controle da CGE;
- b) Cidadãos que por meio da consulta popular indicou serviços públicos, assuntos, programas, políticas públicas ou processos necessários para uma atuação da Controladoria;
- c) Responsáveis pelas unidades de controle interno nos órgãos e os chefes das unidades de auditoria interna da Administração Indireta estadual;
- d) Dirigentes máximos dos órgãos do Poder Executivo;
- e) Órgãos de controle externo;
- f) Áreas internas da CGE, dentre outros.

5.1. Partes Interessadas (Stakeholders)

Demanda Externa de Stakeholders			
NOME DO ÓRGÃO	ABORDAGEM	OBJETO	
		Área	Processo de trabalho
Secretaria de Estado da Economia	Inspeção	Contrato	Prestação, de forma contínua, dos serviços de limpeza / copeiragem, asseio diário, conservação, higienização e portaria (202000004106782)
Secretaria de Estado da Economia	Inspeção	Contrato)	Prestação de Serviços de impressão, cópias e digitalização (Outsourcing) com o fornecimento e instalação de equipamentos de impressora e multifuncional (202100004072137).
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Inspeção	Convênio nº 01/2019 Convênio nº 02/2019	Convênio nº 01/2019 (201910267000527) e Convênio nº 02/2019 (201910267000528)
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Inspeção	Contratos	Contratos de conservação da malha rodoviária do Estado (GOINFRA - A Definir)
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Inspeção		Contratos de supervisão concernentes às obras e serviços de engenharia de responsabilidade da GOINFRA - A Definir
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Inspeção	Contratos	Controles na gestão/fiscalização/prestação de contas dos contratos de

			gestão no âmbito da SES/GO. - A Definir
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Inspeção	Contratos	Eficiência e eficácia dos contratos decorrentes da Dispensa de Licitação nº 22/2020 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-SEMAD
Tribunal de Contas do Estado de Goiás	Inspeção	Contratos	Eficiência do processo de análise de prestações de contas final de bolsas e auxílios conduzidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás-FAPEG. A definição dos processos pela SUPINS/GEIPF a serem inspecionados serão definidos por amostragem com base no valor da bolsa e do objeto do projeto
Tribunal de Contas do Estado de Goiás / SANEAGO	Inspeção	Contratos	Processos que derivam diretamente da Operação Decantação Fase 01 e de achados da EY (8 processos) - POR AMOSTRAGEM
Ministério Público	Inspeção	Contratos	Realização de auditoria em contratos relativos às obras das escolas "Padrão Século XXI" - POR AMOSTRAGEM

Demanda Interna Stakeholders			
NOME DO ÓRGÃO	ABORDAGEM	OBJETO	
		Área	Processo de trabalho
Secretaria de Estado da Saúde	Inspeção	Contrato	Registro de Preços para eventuais aquisições de medicamentos destinados ao Setor de Planejamento e Compras da Judicialização/CMAC/SCAGES/SES
Secretaria de Estado da Saúde	Inspeção	Contrato	Registro de Preços para eventuais aquisições, por meio de contratação futura, de medicamentos, destinados à Central Estadual de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa - CEMAC/SES-GO

Secretaria de Estado da Saúde	Inspeção	Contrato de Gestão	Avaliar os controles internos do órgão supervisor e como as OSs realizam a aplicação dos recursos repassados
Secretaria de Estado da Economia / Fundo Protege	Inspeção	Contrato	Com base em trilhas geradas pela Assessoria de Inteligência, serão definidos os processos a serem inspecionados
GOINFRA - Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes	Inspeção	Consultoria	Consultoria para estruturação e padronização de ações visando a realização de inspeção rotineira de conformidade processual e realização de auditoria interna, sob demanda pontual da Presidência, em especial, quanto ao estabelecimento de padrões de referência da CGE.

Demanda Externa Stakeholders - Consulta Popular			
NOME DO ÓRGÃO	ABORDAGEM	OBJETO	
		Área	Processo de trabalho
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC	Inspeção	Contratos / Programa - Educação que Queremos - Eixo: Goiás da Educação Plena	Garantir o aprendizado através do acesso e permanência a uma educação básica de qualidade, transformadora, emancipadora e inclusiva, que atenda às demandas do mundo contemporâneo e propicie o exercício pleno da cidadania - Processos a Definir
Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	Inspeção	Contrato / Programa -Proteção À Vida, Ao Patrimônio E Ao Meio Ambiente - Eixo: Goiás da Paz	Proporcionar aos cidadãos a segurança, proteção, liberdade e bem-estar capaz de gerar tranquilidade no seu convívio familiar e social e durante o exercício de suas atividades diárias ou cotidianas e seus deslocamentos - Processos a

			Definir
Secretaria de Estado da Saúde - SES	Inspeção	Contrato / Programa - Saúde Integral - Eixo: Goiás da saúde integral	Proporcionar maior longevidade e uma vida saudável aos cidadãos goianos por meio de cuidados à sua saúde em tempo e na medida de suas necessidades. - Processos a Definir
AGEHAB / Secretaria de Desenvolvimento e Inovação - SEDI	Inspeção	Contratos / Programa - Cidades Inteligentes E Mobilidade Urbana Eficiente - Eixo: Goiás da Infraestrutura e Sustentabilidade	Proporcionar infraestrutura e habitação digna, propiciando convivência familiar, relação comunitária e qualidade de vida às famílias goianas - Processos a Definir

Obs.: As demandas acima foram as que apresentaram maior relevância na consulta popular, conforme curva ABC, correspondente a 65% do total.

5.2. Área Interna e externa envolvidas

Nome	Papel	E-mail	Órgão/Área	Telefon e / Ramal
Henrique Moraes Ziller	Patrocinador	henrique.ziller@goias.gov.br	CGE	5352
Stella Maris Husni Franco	Cliente	stella.franco@goias.gov.br	GAB/CGE	5352
Claudio Martins Correia	Supervisor	claudio.correia@goias.gov.br	SUPINS/CGE	5301
Ivo César Vilela	Coordenador	ivoc.vilela@goias.gov.br	SUPAUD/GEAC	5302
Equipe Técnica	Atividades operacionais	Gestores e Analistas	GEIPF /SUPINS/CGE	5302
Assessoria de Inteligência em Controle Interno	Parceiro	robinson.vaz@goias.gov.br	Inteligência	3201-5367
Superintendência de Participação Cidadã	Parceiro	daniilo.carvalho@goias.gov.br	Ouvidoria	3201-5328
Superintendência de Auditoria	Parceiro	luis.crispim@goias.gov.br	Auditoria	3201-5362
Órgãos e Entidades	Dirigentes de órgãos e entidades	-	Todos os órgãos e entidades	-
Tribunal de Contas do Estado	Cliente	-	Secretaria de Controle Externo	3228-2500
Ministério Público de Goiás	Cliente	www.mpggo.mp.br	-	--

EGOV	Parceiro	escoladegoverno@goias.gov.br	Treinamentos e capacitação	3201-92 67
Comunicação Setorial	Parceiro	ricardo.santana@goias.gov.br	Comunicação	3201-53 72

6. METAS E ENTREGAS DO PROJETO

6.1. Produtos/Entregas do Projeto

AÇÃO	OBJETIVO	ESCOPO (Finalidade)	TIPIFICAÇÃO	ENTREGA	QUANTIDADE DE SERVIDORES PLANEJADOS	QUANTIDADE TOTAL DE HORAS ÚTEIS PLANEJADAS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO PLANEJADA	QUANTIDADE PLANEJADA ANUAL TOTAL
Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais por demanda dos órgãos	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Obrigatória	Despacho	5,90	10.200	40	255
Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais escolhidos no Monitoramento Total	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Essencial	Despacho	1,39	2.400	40	60
Inspeção de acompanhamento da gestão	Reanálises em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais	Analisar o cumprimento das recomendações propostas nos processos de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade (e aditivos contratuais)	Obrigatória	Despacho	0,83	1.440	16	90

Inspeção de acompanhamento da gestão	Análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte	Verificar o atendimento do disposto no Decreto Estadual 9.402/2019, no que concerne à indicação dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria das Empresas de Pequeno Porte	Obrigatório	Despacho	0,99	1.704	24	71
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Análise de regulamentos de organizações sociais	Analisar as minutas de Regulamentos de Compras e Contratação de Pessoal de Organizações Sociais, com o fito de verificar o atendimento do disposto no art. 17 da Lei 15.503/2005	Obrigatório	Despacho	0,19	320	32	10
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Manifestações em SAC/IAC	Analisar a documentação apresentada pelos Órgãos e Entidades em respostas às SAC's e IAC's emitidas	Essencial	Despacho	1,78	3.072	48	64
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Monitoramento	Monitorar de forma eletrônica atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros	Essencial	Planilha	0,06	118	2	59
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Inspeções	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros	Essencial	Boletim de Inspeção ou Despacho	4,08	7.050	150	47
Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Outras demandas	Orientações e respostas a consultas, bem como outras ações não elencadas anteriormente	Desejável	Nota Técnica ou Despacho	2,78	4.800	32	150
TOTAL					18,00	31.104		806

Memória de cálculo

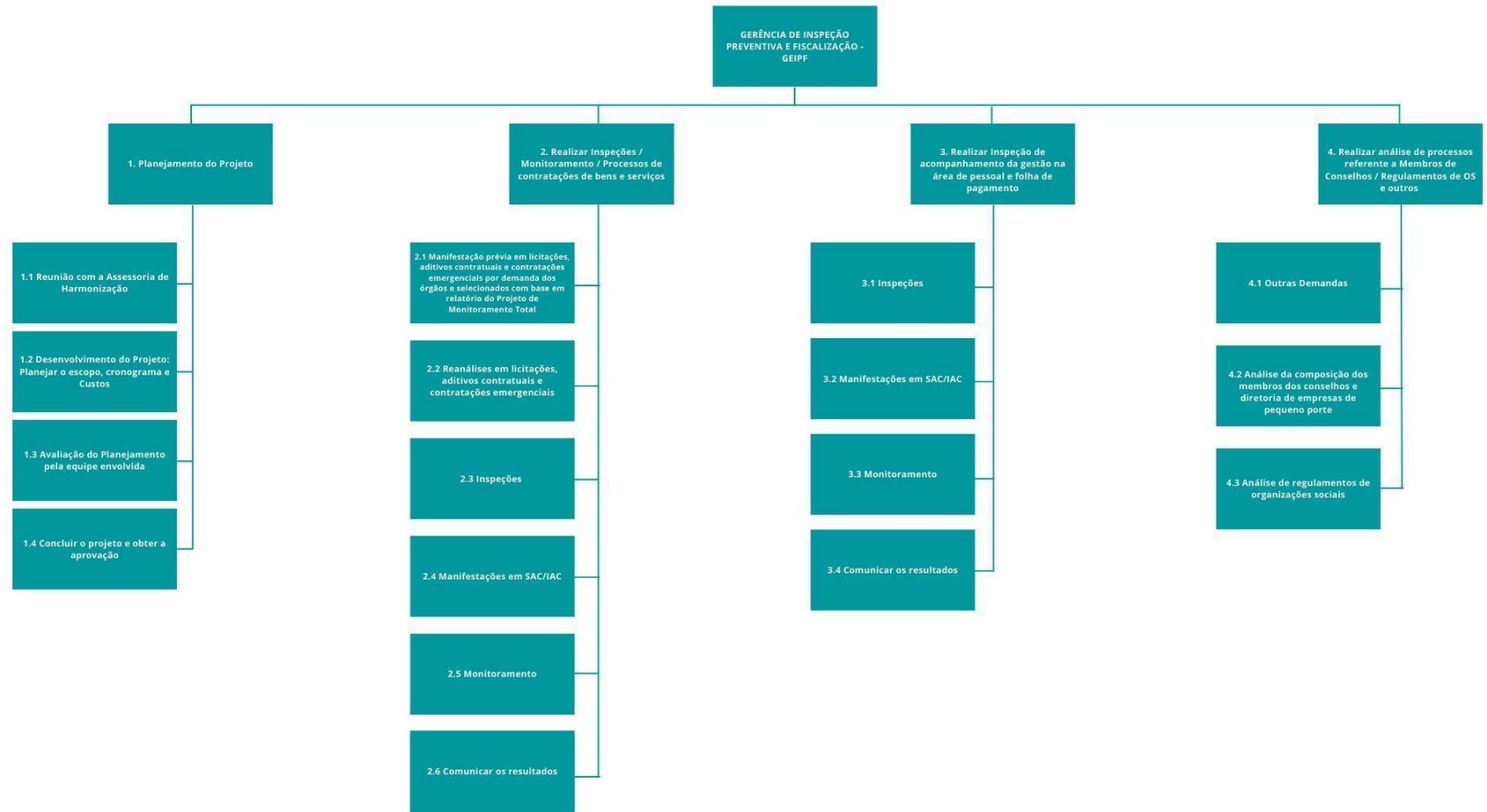
ANO 2022		DADOS POR SERVIDOR – CARGA HORÁRIA	
Dias Totais	365	Férias em dias úteis	21
Sábados	53	DIAS ÚTEIS TRABALHADOS	221
Domingos	52	Horas trabalhadas	8
Feriados e Pontos Facultativos	18	Horas de capacitação	40
Dias Úteis	242	Horas úteis por servidor 40 h/semana	1.728
GEIPF			
SERVIDORES	QUANTIDADE	HORAS ÚTEIS POR SERVIDOR	HORAS ÚTEIS
40 horas semanais	18	1.728	31.104
TOTAL			31.104

6.2. Cronograma de Metas Quadrimestrais

SEQ.	AÇÃO	TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE (Objetivo)	ESCOPO (Finalidade)	ENTREGA	QUANTIDADE PLANEJADA PARA O 1º QUADRIMESTRE	QUANTIDADE PLANEJADA PARA O 2º QUADRIMESTRE	QUANTIDADE PLANEJADA PARA O 3º QUADRIMESTRE	QUANTIDADE PLANEJADA ANUAL
1	Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais por demanda dos órgãos	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/ inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Despacho	85	85	85	255
2	Inspeção de acompanhamento da gestão	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais escolhidos no Monitoramento Total	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/ inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	Despacho	20	20	20	60
3	Inspeção de acompanhamento da gestão	Reanálises em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais	Analisar o cumprimento das recomendações propostas nos processos de licitação/chamamento/dispensa/ inexigibilidade (e aditivos contratuais)	Despacho	30	30	30	90
4	Inspeção de acompanhamento da gestão	Análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte	Verificar o atendimento do disposto no Decreto Estadual 9.402/2019, no que concerne à indicação dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria das	Despacho	24	24	23	71

			Empresas de Pequeno Porte					
5	Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Análise de regulamentos de organizações sociais	Analisar as minutas de Regulamentos de Compras e Contratação de Pessoal de Organizações Sociais, com o fito de verificar o atendimento do disposto no art. 17 da Lei 15.503/2005	Despacho	4	3	3	10
6	Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Manifestações em SAC/IAC	Analisar a documentação apresentada pelos Órgãos e Entidades em respostas às Sac's e IAC's emitidas	Despacho	21	22	21	64
7	Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Monitoramento	Monitorar de forma eletrônica atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros	Planilha	19	20	20	59
8	Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Inspeções	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Recursos Humanos, Convênios, Subvenções e outros	Boletim de Inspeção ou Despacho	16	16	15	47
9	Inspeção de acompanhamento da gestão / Inspeção de pessoal e folha de pagamento	Outras demandas	Orientações e respostas a consultas, bem como outras ações não elencadas anteriormente	Nota Técnica ou Despacho	50	50	50	150

6.3. Estrutura Analítica do Projeto - EAP



6.4. Cronograma de atividades:

Item	Nome da Atividade - EAP	Descrição resumida da atividade	Quantidade de dias	Início	Término
1.	Planejamento do Projeto	Idealização e organização das atividades a serem desempenhadas pela Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização - GEIPF no ano de 2022	28 dias	qua 16/12/21	sex 28/01/22
1.1	Reunião com a Assessoria de Harmonização	Reunir presencialmente com a participação do gerente para alinhar as diretrizes do projeto	2 dias	21/12/21	23/12/21
1.2	Desenvolvimento do Projeto: Planejar o escopo, cronograma e Custos	Definir os objetivos, objetos e as demandas da área	18 dias	27/12/22	14/01/22
1.3	Avaliação do Planejamento pela equipe envolvida	Disponibilizar pré-projeto para equipe avaliar	4 dias	17/01/22	21/01/22
1.4	Concluir o projeto e obter a aprovação	Redigir relatório final para entregar ao supervisor	4 dias	24/01/22	28/01/22
2.	Realizar Inspeções / Monitoramento / Processos de contratações de bens e serviços	Manifestar por meio de Despachos, Notas Técnicas, BI, IAC e SAC's	216	seg 03/01/22	sex 29/12/22
2.1	Manifestação prévia em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais por demanda dos órgãos e selecionados com base em relatório do Projeto de Monitoramento Total	Analisar os processos de licitação/chamamento/dispensa/ inexigibilidade (e aditivos contratuais), verificando possíveis impropriedades / irregularidades nas documentações que integram os autos analisados	216	seg 03/01/22	sex 29/12/22
2.2	Reanálises em licitações, aditivos contratuais e contratações emergenciais	Analisar o cumprimento das recomendações propostas nos processos de licitação/chamamento/dispensa/ inexigibilidade (e aditivos contratuais)	217	seg 03/01/22	sex 29/12/22
2.3	Inspeções	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Convênios, Subvenções e outros	108	seg 03/01/22	sex 29/12/22
2.4	Manifestações em SAC/IAC	Analisar a documentação apresentada pelos Órgãos e Entidades em respostas às SAC's e IAC's emitidas	108	seg 03/01/22	sex 29/12/22

2.5	Monitoramento	Monitorar de forma eletrônica atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Contratação de Serviços e Bens, Convênios, Subvenções e outros	106	seg 03/01/22	sex 29/12/22
2.6	Comunicar os resultados				
3.	Realizar Inspeção de acompanhamento da gestão na área de pessoal e folha de pagamento	Manifestar por meio de Despachos, Notas Técnicas, BI, IAC e SAC's	216	seg 03/01/22	sex 29/12/22
3.1	Inspeções	Verificar a conformidade dos atos de Gestão do Poder Executivo nas áreas de Recursos Humanos e outros	108	seg 03/01/22	sex 29/12/22
3.2	Manifestações em SAC/IAC	Analisar a documentação apresentada pelos Órgãos e Entidades em respostas às SAC's e IAC's emitidas	108	seg 03/01/22	sex 29/12/22
3.3	Monitoramento	Monitorar de forma eletrônica atividades correlatas aos atos de Gestão do Poder Executivo na área de Recursos Humanos e outros	106	seg 03/01/22	sex 29/12/22
3.4	Comunicar os resultados			seg 03/01/22	sex 29/12/22
4	Realizar análise de processos referente a Membros de Conselhos / Regulamentos de OS e outros	Realizar no ano de 2022 Auditorias / Inspeção / Monitoramento / Nas despensas com Pessoal	216	seg 03/01/22	sex 29/12/22
4.1	Outras Demandas	Orientações e respostas a consultas, bem como outras ações não elencadas anteriormente	216	seg 03/01/22	sex 29/12/22
4.2	Análise da composição dos membros dos conselhos e diretoria de empresas de pequeno porte	Verificar o atendimento do disposto no Decreto Estadual 9.402/2019, no que concerne à indicação dos membros do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria das Empresas de Pequeno Porte	215	seg 03/01/22	sex 29/12/22
4.3	Análise de regulamentos de organizações sociais	Analisar as minutas de Regulamentos de Compras e Contratação de Pessoal de Organizações Sociais, com o fito de verificar o atendimento do disposto no art. 17 da Lei 15.503/2005	211	seg 03/01/22	sex 29/12/22

6.5. Exclusões e Restrições do Projeto

- Exclusão dos processos de contratação com valores abaixo dos limites definidos na priorização e categorização;
- Gasto com pessoal fora do Sistema de Recursos Humanos do Estado (RHNet);
- Atividades previstas ocupam 100% da atual capacidade produtiva da equipe da Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização, bem como dos recursos disponíveis. Portanto, alterações no escopo só poderão ser implementadas após estudo de viabilidade e adequação, nos termos do art. 17, § 2º, da Portaria nº 40/2021 da CGE;
- Quantitativos a serem executados podem ser influenciados pelo atual cenário de pandemia do Coronavírus;
- Deficiência de parametrização/padronização no procedimento de inspeção;
- Falta de perfil/capacitação de pessoal;
- Morosidade/Não fornecimento dos documentos solicitados;
- Prazo incompatível para análise e produção de relatório (urgência na entrega);
- Falta de ferramentas eficazes para a produção da análise do objeto (TI);
- Base de dados do Estado com informação não confiável;
- Comunicação ineficiente com os órgãos;
- Planejamento inadequado.

6.6. Princípios do Projeto

Como princípios para a implementação do projeto, bem como o sucesso da ação de controle, necessário em primeiro plano o apoio da alta gestão, tanto da CGE como dos órgãos e entidades.

Ademais, em aspecto operacional, o comprometimento, a disponibilidade e a capacitação da equipe de trabalho é fator essencial para realização das metas do POAC da Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização.

Também o acesso aos bancos de dados dos sistemas corporativos traz uma visão macro do projeto, proporcionando maior amplitude dos trabalhos, menor tempo de execução e conclusões seguras, baseadas em evidências concretas.

Ademais, as atividades para continuidade e ampliação do Projeto Monitoramento Total, são respaldadas aplicados-se os princípios das IPPFs, dentre eles a independência e objetividade, bem como os da hierarquia, proficiência e zelo profissional.

7. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Ação	Tipo	Horas Previstas	Participantes	HH total	Estimativa Total de Custos
Capacitação no tema (ou similar): Nos 10 Eixos propostos pela Escola de Governo.	Capacitação on line junto a Escola de Governo, nos seguintes Eixos: Orçamento e Finanças Públicas, Compras Governamentais, Compliance Público, Gestão Estratégica, Gestão Básica, Jurídico, Tecnologia da Informação, Liderança, Comunicação e Gestão de pessoas	40h	18	2.540	R\$ 0,00
Obs. Foram previstas menos capacitações do que a quantidade de integrantes da Gerência, pois aqueles que se capacitarem multiplicarão os conhecimentos com demais servidores.					

Os treinamentos e as capacitações devem ser disponibilizadas para toda equipe conforme tabela abaixo.

Ressalta-se que cada servidor será capacitado em no mínimo 40 horas nos termos do § 5º do art. 11 da Portaria nº 133/2020 da CGE.

Os cursos propostos são sugestões e são passíveis de alterações, a depender da demanda da equipe e da disponibilidade das capacitações oferecidas pelo Plano de Desenvolvimento Profissional da CGE¹ e pela Política Estadual de Capacitação e Desenvolvimento Profissional do Estado de Goiás².

¹Portaria nº 133/2020 da CGE

²Decreto nº 9.738, de 27 de outubro de 2020.

Seq	Curso	Instituição	Nº de servidores (a)	Carga horária (b)*	Horas totais (c) = (a)*(b)	Estimativa de Custo Total de Inscrição (R\$)	Estimativa de custo (diárias/ hospedagem) (R\$)
1	Eixo 1 - Temático: Orçamento e Finanças Públicas	EGOV-GO	12	20	240	0,00	0,00
2	Eixo 2 - Temático: Compras Governamentais	EGOV-GO	57	20	1.140	0,00	0,00
3	Eixo 3 - Temático: Compliance Público	EGOV-GO	8	20	160	0,00	0,00
4	Eixo 4 - Temático: Gestão Estratégica	EGOV-GO	10	20	200	0,00	0,00
5	Eixo 5 - Temático: Gestão Básica	EGOV-GO	2	20	40	0,00	0,00
6	Eixo 6 - Temático: Jurídico	EGOV-GO	5	20	100	0,00	0,00
7	Eixo 7 - Temático: Tecnologia da Informação	EGOV-GO	13	20	260	0,00	0,00
8	Eixo 8-Temático: Liderança Compatibilidade	EGOV-GO	3	20	60	0,00	0,00
9	Eixo 9 - Temático: Comunicação	EGOV-GO	14	20	280	0,00	0,00
10	Eixo 10 - Temático: Gestão de pessoas	EGOV-GO	6	20	60	0,00	0,00

Justificativa: Possibilitar que a equipe da GEIPF/SUPINS aumente os seus conhecimentos, com isto trazer mais benefícios que possam contribuir para a melhoria da gestão dos serviços públicos.

*Nota: 1- Foi considerado que os cursos constantes dos 10 Eixos tem duração de 20 horas, mas provavelmente vários dos cursos tem carga horária superior a quantidade estimada;
2 - Carga horária no mínimo 40 horas anuais.

8. PLANO ORÇAMENTÁRIO

Seq.	Atividade	Duração	Material de Expediente	Formatação/Edição de Material	Premiação	Cursos de Capacitação	TI/Equipamentos e Software	Despesas com Deslocamento/viagem	Custo Total
1	Planejar o projeto	28 dias	0,00	-	-	-	-	-	0,00
2	Realizar Inspeções / Monitoramento / Processos de contratações de bens e serviços	216 dias	0,00	-	-	0,00*	-	4.600,00	4.600,00
3	Realizar Inspeção de Acompanhamento da gestão na área de pessoal e folha de pagamento	216 dias	0,00	-	-	0,00*	-	0,00	0,00
4	Realizar análise de processos referente a Membros de Conselhos / Regulamentos de OS e outros	216 dias	0,00	-	-	0,00*	-	0,00	0,00
CUSTO TOTAL			0,00	-	-	0,00	-	4.600,00	4.600,00

* Estimado R\$ 57,50 para Região Metropolitana e de R\$ 230,00 para o interior do Estado.

** Estimadas 20 diárias para a Região Metropolitana e 15 diárias para o interior (Decreto 9.733/2020).

9. RISCOS DO PROJETO

"Considerando a amplitude deste POAC inclusive com a Estrutura Analítica do Projeto e com o Cronograma de Atividades de todas as responsabilidades e funções da área, entende-se que os riscos deste projeto estão mapeados e continuamente monitorados pela gerência, em razão da avaliação e análise de riscos do programa PCP realizado em todas as áreas da CGE."

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano anual de auditoria interna - POAC/2022 buscou atender à Portaria nº 40/2021 da CGE e as Orientações para Elaboração do POAC do ano de 2022

Além disso, o POAC/2022 foi elaborado com o objetivo de que as ações de controle nas áreas, programas, atividades, processos, temas e macroprocessos selecionados, possam adicionar valor à gestão por meio da colaboração para a melhoria da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança do Poder Executivo do Estado de Goiás. "

11. LISTA DE ABREVIATURAS

CGE	Controladoria-Geral do Estado de Goiás
IA-CM	Modelo de Capacidade de Auditoria Interna
IIA	Instituto dos Auditores Internos
IPPF	Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna
POAC	Plano Operacional das Ações de Controle
SUBCIC	Subcontroladoria de Controle Interno e Correição
GEIPF	Gerência de Inspeção Preventiva e de Fiscalização
IPPF	Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna
SUPINS	Superintendência de Inspeção
EAP	Estrutura Analítica do Projeto
TCE/GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
MP/GO	Ministério Público do Estado de Goiás
EGO-GO	Escola de Governo do Estado de Goiás
OSs	Organizações Sociais

12. FONTES DE PESQUISA

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU). **Orientação prática: plano de auditoria interna baseado em riscos** Secretaria Federal de Controle Interno (SFC). Coordenação-Geral de Prospecção e Inovação (CGPRI). Brasília. 2020. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44970/5/Orientacao_Pratica_PABR_v1.1.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS (CGE/GO). Portaria 40, de 9 de março de 2021. **Estrutura as Ações de Controle pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Goiás, na condição de Órgão Central do Sistema de Controle Interno.** Disponível em: https://www.controladoria.go.gov.br/files/Normas_cge/Portarias%20CGE/Portaria_40_2021.pdf. Acesso em 02 de dezembro de 2021.

GOIÁS. Decreto nº9.406, de 18 de fevereiro de 2019. **Institui o Programa de Compliance Público no Poder Executivo do Estado de Goiás e dá outras providências.** Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/71608. Acesso em 01 de dezembro de 2021.